



José dos Santos Libório (1850-1923), um notável elo de ligação entre os mercados de arte português e brasileiro

José dos Santos Libório (1850-1923), a notable liaison between the Portuguese and Brazilian art markets

Dra. Vera Mariz

Como citar:

MARIZ, V. José dos Santos Libório (1850-1923), um notável elo de ligação entre os mercados de arte português e brasileiro. *MODOS*. Revista de História da Arte. Campinas, v. 2, n.2, p.271-291, mai. 2018. Disponível em: <<http://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/mod/article/view/1072>>; DOI: <https://doi.org/10.24978/mod.v2i2.1072>

Imagem: Vista de uma das salas da residência de João Prestes [detalhe]. Fonte: *Revista da Semana*, 21 mar., 1914.

José dos Santos Libório (1850-1923), um notável elo de ligação entre os mercados de arte portugueses e brasileiro

José dos Santos Libório (1850-1923), a notable liaison between the Portuguese and Brazilian art markets

Dra. Vera Mariz*

Resumo

José dos Santos Libório foi um dos principais agentes do mercado de arte português durante as duas últimas décadas de Oitocentos, tendo sido responsável pela organização de alguns dos mais icônicos leilões do seu tempo. No segundo decénio do século XX mudar-se-ia para o Rio de Janeiro, onde viria a notabilizar-se como um reputado antiquário cujas exposições comerciais atraíam os principais colecionadores brasileiros. Este artigo constitui a primeira abordagem especificamente focada neste fascinante agente. Como tal, o principal objetivo consiste em analisar a atividade profissional de Libório entre a criação da *Empresa Liquidadora* em Lisboa no ano de 1886 e a sua bem-sucedida incursão no mercado de arte brasileiro a partir de 1910. A investigação e análise de periódicos da época, bem como de publicações coevas, catálogos de exposições e algum material de arquivo, revelaram-se fundamentais para alcançar o objetivo traçado. No final, concluímos que estamos perante um agente económico absolutamente notável pelo seu dinamismo, perspicácia e arrojo, características que lhe permitiram diferenciar-se tanto em Lisboa como no Rio de Janeiro e, não menos importante, afirmar-se como um extraordinário elo de ligação entre dois mercados de arte.

Palavras-chave

Mercado de arte; José dos Santos Libório; colecionismo; leilões; exposições comerciais.

Abstract

José dos Santos Libório was one of the chief agents of the Portuguese art market during the last two decades of the nineteenth century, as he was responsible for the organization of some of the most iconic auctions of his time. In the second decade of the twentieth century he would relocate to Rio de Janeiro, where he eventually became known as a prominent antique dealer whose commercial exhibitions attracted the leading Brazilian collectors. The present paper constitutes the first approach specifically focused on this fascinating agent. Therefore, our main goal is to analyse Libório's professional activity from the creation of *Empresa Liquidadora* in Lisbon during 1886, up to his successful incursion in the Brazilian art market from 1910 onwards. The research and analysis of periodicals from that time, as well of coeval publications, exhibition catalogues and archival material, proved to be fundamental to achieve the objectives outlined. In the end, we have concluded that we are facing an outstanding economic agent, whose drive, perspicacity and boldness enabled him to differentiate himself both in Lisbon and Rio de Janeiro, and, no less important, to become an extraordinary liaison between two art markets.

Keywords

Art market; José dos Santos Libório; collecting; auctions; commercial exhibitions.

Libório, o “grande liquidador” do mercado de arte português

José dos Santos Libório, descendente de pai homónimo e de Maria dos Santos Libório, terá nascido em Portugal a 9 de agosto de 1850, vindo mais tarde a desposar Maria Isabel Nogueira, com quem viria a criar uma afilhada, Elvira de Sousa Matos¹. A partir do ano de 1910, como veremos, passará a residir no Rio de Janeiro, Brasil, vindo a falecer nesta cidade a 21 de outubro de 1923, então com 73 anos de idade². Neste momento, Libório seria genericamente recordado na imprensa brasileira como um homem “respeitável” (Jornal do Recife, 8 nov. 1923: 4), um “cavalheiro bastante relacionado e estimado” por ser “possuidor de bellas qualidades” (Diário de Pernambuco, 9 nov. 1923: 2), bem como enquanto sócio da já desaparecida empresa cinematográfica Liborio & Riedel.

Esta conotação de Libório com a cinematografia é, no entanto, manifestamente redutora, já que tanto em Portugal como no Brasil, este “negociante” – tal como consta na sua certidão de óbito – notabilizou-se sobretudo no mundo da arte, tendo construído entre a década de 80 de Oitocentos e o início dos anos 20 da centúria seguinte uma brilhante carreira como agente de mercado. A primeira incursão conhecida de Libório neste universo em crescente agitação e complexificação no período supramencionado, parece remontar a 1886, ano em que fixa na Avenida da Liberdade, números 118-120, a Empreza Liquidadora³, estabelecimento do qual será proprietário e gerente até ao encerramento ocorrido vinte anos mais tarde. Esta casa, pioneira no seu género em Portugal, dedicar-se-ia com extraordinário sucesso à liquidação por venda em leilão ou em particular de todas as tipologias de obras de arte, antigas e modernas, bem como de objetos de uso comum, assomando-se como um dos principais agentes económicos do mercado de arte português de finais do século XIX. Assim o comprovam indiscutivelmente, por exemplo, o paulatino crescimento e sumptuosidade patenteada pelas suas formidáveis instalações, sobretudo entre o Verão de 1893 e 1906, fase em que a Empreza Liquidadora ocupa o nível térreo dos números 28 a 48 da Avenida da Liberdade⁴; o facto de a sua clientela ser constituída por membros da realeza e aristocracia portuguesa, bem como pela elite cultural e política nacional, casos do rei D. Carlos (1863-1908) e da rainha D. Amélia (1865-1951), de José Relvas (1858-1929), José Malhoa (1855-1933), Guerra Junqueiro (1850-1923), Teixeira de Aragão (1823-1903) ou Augusto Rosa (1852-1918), sendo, aliás, uma casa bem conhecida de negociantes e colecionadores estrangeiros, ou “por quem muito viaja” (A Vanguarda, 1 jan. 1895: 3); podendo ainda referir a organização e direção de alguns dos mais importantes leilões artísticos realizados em Portugal: Daupiás, Bermúdez, Palha, Foz ou Arroyo.

O extraordinário sucesso granjeado pela Empreza Liquidadora deveu-se largamente a José dos Santos Libório, um empresário perspicaz e com “vontade de aço” (A Vanguarda, 1 jan. 1895: 3) que embora tenha efetivamente beneficiado de um momento favorável ao florescimento deste tipo de negócio, acabaria, na realidade, por contribuir de forma indelével para o progresso e modernização do mercado de arte português. A sua inteligência, espírito astuto e empreendedor, foram em diversas ocasiões louvadas pelo cronista Carlos Malheiro Dias (1907: 304), para quem Libório era detentor de uma “finura inteligente” e de um “scepticismo sagaz” que lhe permitiram negociar as mais belas obras e coleções de arte, conviver com a alta sociedade ou relacionar-se com estrangeiros, assomando-se “mais como um director de museu do que como um negociante, [que] recebeu a visita de reis e príncipes, de banqueiros e diplomatas, de excursionistas milionários e de artistas ilustres” (Dias, 1907: 305). Testemunhos semelhantes foram legados por outros cronistas, para quem Libório seria um “cavalheiro

aliás muito amavel e cuja intelligencia é assaz conhecida” (*Tiro e Sport*, 31 out. 1906: s/p), o notável empresário cuja intervenção seria determinante no sucesso ou fracasso de um leilão de arte (O Campeão das Províncias, 6 abr. 1895: s/p [p. 4]). No Brasil, Libório seria igualmente reconhecido como um “negociante de *antiquarias*, de nomeada” (Correio da Noite: Jornal Independente, 29 maio 1915: 3), um empresário “probo e honesto” (Correio da Noite: Jornal Independente, 29 maio 1915: 3). Por estas razões, não será de estranhar que, em Janeiro de 1895, ainda antes de uma admirável sucessão de notáveis leilões realizados em Portugal neste ano, Libório fosse já caricaturalmente apresentado por Rafael Bordalo Pinheiro como “Liborio, o grande liquidador, que só não consegue liquidar as responsabilidades da questão do Nyassa” (O António Maria, 23 nov. 1895: 123).

Embora a Empreza Liquidadora se dedicasse sobretudo a rececionar e liquidar, a pedido dos seus clientes, por via de leilões ou vendas em particular, “toda a qualidade de fazendas, mobílias, louças, vidros, bijouterias, joias e outros quasquer valores não especificados” (Diário de Notícias, 2 jan. 1887:2), nomeadamente obras de arte antiga ou moderna, cristais, têxteis, ouro e prata, enfim, “objectos de uso ou ornamentação (...) qualquer que seja a quantidade, estado ou valor” (Diário de Notícias, 20 dez. 1890: 2), Libório dedicaria parte do seu tempo à procura e aquisição de outros bens igualmente destinados a serem transacionados no seu estabelecimento. Senão, observe-se como no ano de 1897, Libório informou Guerra Junqueiro que estaria a planear uma “viagem ao norte [para] fazer aquisições.” (Junqueiro, 1910: 5). Uma notícia publicada no ano de 1894 é igualmente ilustrativa desta interessante proatividade, tendo sido registado, a propósito de um leilão da extinta Associação Comercial de Lisboa, que Libório ali adquiriu uma livraria e mobiliário vário (Diário Illustrado, 20 abr. 1894: s/p).

Neste âmbito há ainda a considerar a concretização de viagens ao estrangeiro na senda de obras de arte para venda na Empreza Liquidadora, ou visando o estabelecimento de relações profissionais que lhe permitiriam, por exemplo, realizar leilões mensais de joias fornecidas por “uma das primeiras casas de joalheiros da Europa” (Salão de Vendas, 1895: 3), diligências que terão contribuído para o reconhecimento de Libório “não só em Portugal, onde durante longos annos exerceu a sua actividade, como em todos os grandes centros europeus, que, em serviço de sua profissão, a meudo visitava.” (Correio da Noite: Jornal Independente, 29 maio 1915: 3). A este propósito, podemos mencionar ainda uma notícia publicada pelo jornal *A Vanguarda* na sua coluna dedicada à atividade da Alfândega de Lisboa: “Para o sr. José dos Santos Liborio vieram de Hamburgo, no vapor *Tijuca*, duas caixas com bonitos objectos de prata no valor de 700 marcos.” (*A Vanguarda*, 14 nov. 1895: 1). As incursões nos principais mercados de arte europeus terão sido, aliás, preponderantes na definição ou, pelo menos, atualização do modelo de negócio e estratégia da Empreza Liquidadora, sabendo que no princípio da década de 90 de Oitocentos, Libório terá realizado uma “viagem de instrucção” (*A Vanguarda*, 1 jan. 1895: 3) às principais cidades europeias com o intuito de se familiarizar com as práticas modernas das vendas em leilão, e de reformar ou atualizar o seu negócio. Durante este périplo, o empresário passou certamente por Paris, cidade onde cremos ter contactado com o icónico Hôtel Drouot, pois, segundo apurámos, a 17 de dezembro de 1893 teria lugar nas instalações da Empreza Liquidadora o “1º Leilão n’esta Empreza pelo systema de arrematação do Hotel Drouot, em Paris” (*A Folha de Lisboa*, 17 out. 1893: s/p).

Embora Libório se tenha notabilizado pela atividade desenvolvida nesta insigne liquidadora, temos conhecimento do seu envolvimento em outros negócios. Foi esse o caso da sociedade exploradora de um estabelecimento comercial dedicado à venda de bilhetes de espetáculos realizados em Lisboa, o Bureau de Location, inaugurada no último trimestre de 1895 na Rua do Ouro nº 92⁵. Observámos, também, que a ligação de Libório ao mundo do espetáculo intensificou-se no início do novo século, momento em que apostou numa “experiencia infeliz de um teatro infantil” (Dias, 1907: 306). Tratava-se certamente do *Theatro do Infante*, “um lindo e luxuoso theatrinho” (Bastos, 1908: 145) ativo, tal como a *Empreza Liquidadora*, na Avenida da Liberdade, entre os anos de 1901 e 1902.

A diversificação da atividade profissional de Libório tendo possivelmente em vista a compensação do momento de afrouxamento e posterior crise do mercado de arte, seria plenamente consumada em 1906, ano do encerramento da outrora fulgurante Empreza Liquidadora e da inauguração no mesmo local de um novo estabelecimento do dito empresário, o Grande Casino de Paris. Nesse momento, segundo a vívida descrição de Malheiro Dias, “onde eccoava a voz do leiloeiro, soará a vozita gaiata e uma franceza a cantar couplets, e onde o sr. Liborio expunha os seus moveis antigos um empresário exhibirá lindas mulheres novas, dansando a petenera e o can-can. O bric-à-brac acabou. Vão principiar as folies-bergères.” (Dias, 1907: 269). No entanto, depois do sucesso algo breve registado pelos periódicos da época, o mais recente empreendimento de Libório acabaria igualmente por encerrar poucos anos depois da sua impactante inauguração.

As primeiras incursões do “conhecido antiquario de Lisboa” no mercado brasileiro

Perante o declínio do mercado de arte português, do insucesso dos restantes projetos e, eventualmente, das acentuadas transformações políticas verificadas em Portugal no dealbar da segunda década de Novecentos, José dos Santos Libório “vio-se obrigado de algum modo a repatriar-se” (Jornal do Commercio, 6 mar. 1913: 6), tendo partido para o Rio de Janeiro, Brasil. Aí o encontramos em Setembro de 1910, tendo dirigido à Alfândega um “exame para uma caixa com moveis usados” (Correio da Manhã, 28 set. 1910: 4), certamente proveniente de Portugal. No entanto, parece que Libório já se encontrava no Brasil pelo menos desde o início daquele ano, situação referida numa carta enviada por um amigo seu a um periódico carioca (Correio da Noite: Jornal Independente, 1 jun. 1915: 3).

No final de 1911 deparamo-nos com nova referência, um pedido de isenção de impostos aduaneiros submetido por Libório relativo à importação de “moveis, louças, quadros, e outros objetos, destinados a uma exposição artistica” (O Paiz, 10 dez. 1911: 6), uma solicitação que envolveria o diretor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, autoridade a quem foi solicitado um parecer. Pouco tempo depois daquela solicitação, a 4 de janeiro de 1912, o *Correio da Manhã* anunciaria que o ministro da Fazenda autorizara a dita isenção “de quasquer direitos aduaneiros mediante termo de responsabilidade, com fiador idoneo, para pagamento dos mesmos direitos, caso sejam vendidos os objectos, ou transferidos, de qualquer fôrma, a terceira pessoa, a José dos Santos Liborio” (Correio da Manhã, 4 jan. 1912: 4). Os objetos destinaram-se-iam, como veremos, a uma exposição comercial de arte pensada por Libório para ter lugar no salão do Palácio da Escola de Belas Artes, no ano de 1912⁶.

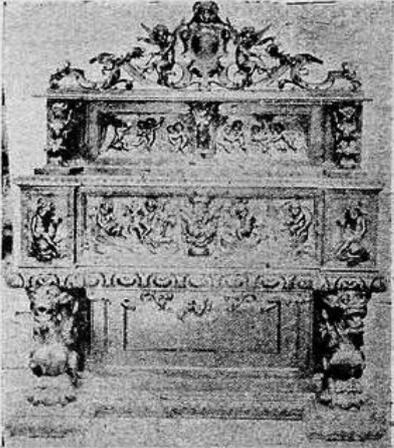
A 4 de Fevereiro de 1912, *O Paiz*, entre outros periódicos, anunciava que Libório tinha convidado o ministro do Interior para assistir à inauguração da dita exposição de arte retrospectiva no dia 5 do mesmo

mês, na Escola de Belas Artes, com a presença do Presidente da República (Correio da Manhã, 6 fev. 1912: 1). O certame causaria grande impressão, sendo largamente elogiado o facto de um “cavalheiro que há muito collecciona na Europa antiguidades promotoras [sic]” (O Paiz, 5 fev. 1912: 3) e que “durante muitos annos, foi negociante de objectos de arte em Lisboa” (Jornal do Commercio, 4 fev. 1912: 8), ter importado, numa fase marcada pelo renascimento da cultura artística carioca, “bellezas procedentes de quatro seculos, só na especialidade marcenaria” (O Paiz, 5 fev. 1912: 3), uma trintena de peças de cerâmica etrusca, egípcia, grega e romana, ou “quadros admiráveis” (O Paiz, 5 fev. 1912: 3) de Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929) e Rosa Bonheur (1822-1899).

Tratava-se, no entanto, maioritariamente de peças de mobiliário que Libório teria adquirido “recentemente em Lisboa, de casas antigas que delles [dos móveis] se desfizeram depois dos ultimos acontecimentos alli ocorridos” (Jornal do Commercio, 4 fev. 1912: 8), ou seja o triunfo republicano e a queda da monarquia em Portugal. Entre estas peças, mereceram destaque na imprensa as seguintes⁷: uma “Biblioteca Renascença”, em carvalho, século XVII; uma cadeira gótica, século XV, com incrustações em marfim relevadas; uma cama em jacarandá, século XVII, com colunatas retorcidas; um aparador italiano da época Henrique II; uma cómoda em estilo Luís XV, de “madeira das Ilhas”, com bronzes dourados e medalhões; um contador florentino com incrustações em marfim; duas arcas portuguesas em jacarandá; ou uma notável “cómoda-secretária-oratório” igualmente em jacarandá, com trabalho de marchetaria e ferragens douradas.

Esta primeira exposição terá sido bastante concorrida, tendo registado mais de cento e cinquenta nomes dignos da atenção da imprensa carioca⁸, podendo de facto concluir que até ao encerramento a 23 de fevereiro de 1912 ali marcou presença “Todo o nosso mundo elegante e rico de amadores” (Gazeta de Notícias, 8 fev. 1912: 2), pois ninguém quis perder a “excellente oportunidade, de modo que, o velho e intelligente bric-a-braquista portuguez, Santos Liborio, não tem tido mãos a medir” (Gazeta de Notícias, 7 fev. 1912: 2). Entre as peças vendidas nesta ocasião encontravam-se⁹: duas mísulas de carvalho entalhado (nº 57); uma secretária em jacarandá (nº 55); uma cadeira com espaldar e assento de couro lavrado (nº 54); uma pintura a óleo com flores (nº 14); um medalhão comemorativo do centenário de Camões (nº 2); uma cama D. João VI (nº 42); uma mesa-de-cabeceira com embutidos (nº 43); uma arca portuguesa (nº 31); quatro cadeiras de couro lavrado (nº 30); uma cómoda portuguesa em jacarandá (nº 25); um contador português, em jacarandá, com saia rendilhada (nº 59); uma cama portuguesa, em jacarandá, estilo Luís XV (nº 26); uma mesa portuguesa também em jacarandá (nº 34); uma cadeira portuguesa com braços, assento e costas em couro lavrado (nº 40); e um grande contador português, em jacarandá, com saia rendilhada (nº 61). Apesar de desconhecermos, neste momento, a identidade da totalidade dos compradores, sabemos que o presidente da República, Hermes da Fonseca (1885-1923), adquiriu um aparador de gosto Renascença. Note-se ainda que um elevado número de móveis da vivenda da rua de São Clemente pertencente a João do Rego Barros, bem como “móveis preciosos pelo seu estylo e manufactura artistica” (Jornal do Commercio, 6 mar. 1913, p. 6) dos palacetes de Pinheiro Machado (1851-1915) e António de Azeredo (1861-1936), terão sido adquiridos precisamente nesta exposição.

Exposição d'Arte Retrospectiva
 NA SALA DA ESCOLA NACIONAL DE BELLAS ARTES
 Das 10 horas da manhã às 4 da tarde



Aparador renascença adquirido por S. Ex.^a o Sr. presidente da Republica no acto da inauguração presidida por S. Ex.^a em 5 de fevereiro de 1912.

Os objectos vendidos só serão retirados depois de encerrada a Exposição

ENTRADA FRANCA

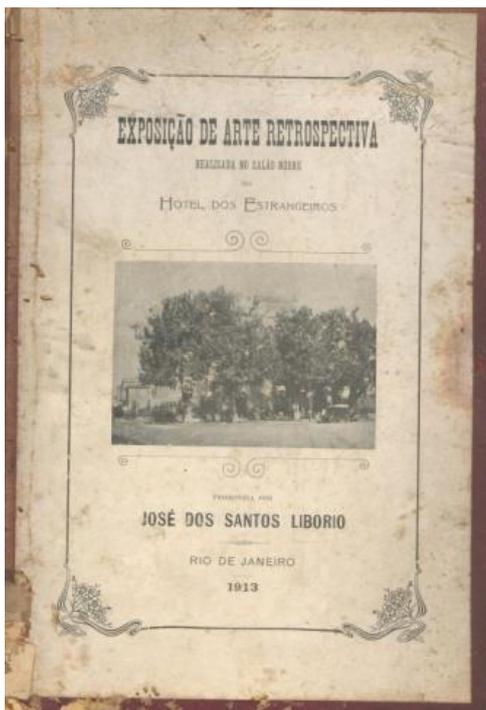
Fig. 1. Aparador adquirido por Hermes da Fonseca. *A Gazeta de Noticias*. Rio de Janeiro: 7 fev. 1912.

No final de maio de 1912, nova notícia relacionada com a Alfândega do Rio de Janeiro, dava conta do facto de Libório ter requerido o pagamento de direitos *ad valorem* relativos ao despacho de “uma caixa contendo moveis usados” (*Correio da Manhã*, 29 maio 1912: 4). Este despacho seria favorável ao requerente¹⁰, tendo, no entanto, observado que nem todas as solicitações do negociante português foram aprovadas, sabendo, por exemplo, que pouco tempo depois um pedido referente ao despacho e pagamento de 50% do valor de “tres caixas contendo moveis usados” (*Correio da Manhã*, 19 jun. de 1912: 4), seria indeferido. Paralelamente, a identificação da localização do escritório de Libório na Rua do Rosário nº148, aliada à sua inclusão no *Almanak Laemmer*¹¹, permitem-nos concluir que embora o empresário tenha saído de Portugal, continuou, sem dúvida, a investir no negócio de compra/venda de antiguidades e obras de arte no Brasil, granjeando, aliás, bastante sucesso.

A 4 de Março de 1913 seria inaugurada no salão nobre do Hotel dos Estrangeiros, novamente com a presença do Presidente da República, uma segunda exposição de arte retrospectiva organizada por José dos Santos Libório (*O Paiz*, 4 mar. 1913: 4). A maior parcela deste universo expositivo de quase trezentas peças corresponderia a mobiliário português, obras antigas e modernas que se evidenciavam pelo número, variedade, qualidade e dimensão. Tratava-se, portanto, de um acontecimento de grande

interesse para o qual se esperava a “merecida frequencia do nosso mundo intelectual.” (A Epoca, 5 mar. 1913: 4), de “todos quantos agora estão arcando com o grave problema de mobiliar e montar com gosto e discernimento as suas casas” (*Jornal do Commercio*, 22 abr. 1913: 6) mas, sobretudo, dos “amadores e colleccionadores” (*A Noite*, 4 mar. 1913: 2) brasileiros. De resto, consideramos igualmente ilustrativa da importância deste certame, a publicação de um primeiro catálogo parcial ilustrado com fotografias dos principais lotes e de uma segunda edição descritiva¹².

A inauguração desta exposição, tal como acontecera um ano antes, contou com grande afluência de visitantes, assistindo-se imediatamente à venda de, pelo menos, seis peças¹³: uma mesa portuguesa, em madeira de jacarandá, com ferragens douradas (nº 42); uma cómoda portuguesa com tremidos, ferragens douradas e montada em figuras animais (nº 74); um contador português do século XVIII em madeira de jacarandá (nº 101); um anel de ouro cravejado de diamantes do século XVIII (nº 134); uma mesa holandesa, também em jacarandá (nº 90); e uma arca indo-portuguesa, século XVIII, com escultura relevada (nº 204). Os itens que se seguem também acabariam por ser vendidos: uma escrivaninha portuguesa, em prata, do século XVIII (nº 29); um contador português, em jacarandá, com nove gavetas, saia rendilhada e guarnecida de bronzes dourados (nº 70); uma floreira em faiança *Moustier* policroma (nº 83); um anel datado do século XVIII ou meados do século XIV (nº 129); e um vaso em faiança das Caldas da Rainha com reflexos metálicos (nº 247).



Figs. 2 e 3. Capa do catálogo ilustrado da exposição de 1912; A floreira *Moustier* vendida na exposição, e outras peças expostas na mesma ocasião. A jarra de porcelana chinesa, como veremos, terá pertencido a João Arroyo.

De acordo com um cronista do *Jornal do Commercio* (22 abr. 1913: 6), as obras mais cativantes desta exposição organizada pelo “conhecido antiquario de Lisboa” corresponderiam, como dissemos, a peças de mobiliário, nomeadamente dois grandes armários Luís XIV particularmente imponentes “pelas suas pomposas qualidades de volume e abundancia quasi exagerada de trabalho de lavra (...) e que demandam um salão de vastas proporções para ficarem convenientemente colocados”; um sofá Luís XV em madeira de jacarandá, com costas e assento em couro elegantemente lavrado (nº 100), uma peça requintada, uma “verdadeira joia de amator”; um sofá igualmente em jacarandá com assento de couro trabalhado (nº 34); uma cama portuguesa, século XVII, no mesmo tipo de madeira mas com guarnições em damasco de seda vermelha (nº 50), obra “valliosa pelas suas qualidades de trabalho e pureza de estilo”; duas cómodas de fabrico português, assentes em animais fantásticos, com tremidos e ferragens douradas (nº 74); um sofá e um conjunto de seis cadeiras, estilo Luís XIV, com costas e assento em couro lavrado (nº 223); um contador português em jacarandá com tremidos piramidais e saia rendilhada (nº 62); uma arca de produção portuguesa em madeira de castanho (nº 61); um tremó e espelho, também em madeira de castanho, ao gosto Renascença (nº 45); duas pilastras em castanho entalhado, “talvez demasiado trabalhadas”, igualmente de inspiração renascentista (nº 18); uma cómoda-secretária Luís XV (nº 21); um conjunto de seis cadeiras Luís XIV, em madeira de jacarandá e couro lavrado, “muito bonitas” (nº 105); ou um pequeno vaso de madeira lavrada, “uma joia no seu genero” (nº 222).



Figs. 4 e 5. O tremó destacado como sendo uma das peças mais interessantes do certame; outras peças de mobiliário e escultura merecedoras de atenção, de acordo com a imprensa.

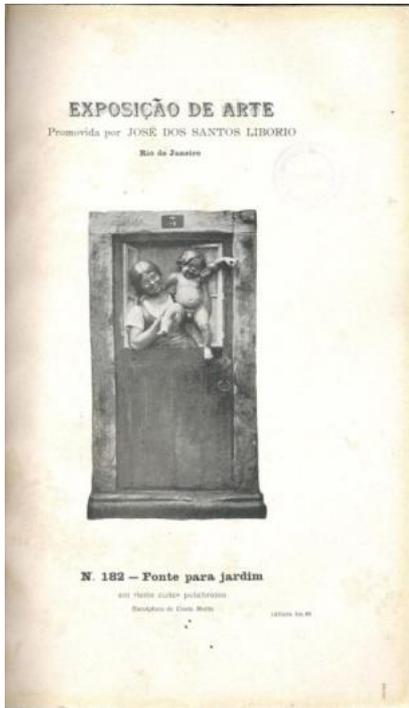
Entre as pratas expostas, a mais interessante seria, “pela elegancia da forma e finura do desenho”, uma bandeja em estilo Luís XV com decoração em *repoussé* (nº 39). Um imponente relógio em estilo Império com uma representação do “Triunfo de Alexandre” (nº 32) e uma outra peça similar (nº 59), em bronze dourado mas de dimensões mais reduzidas, seriam igualmente merecedoras da atenção do público.



Figs. 6 e 7. Uma das obras em marfim exibidas por Libório; Custódia proveniente do convento de São Francisco de Alagoas.

Além do mobiliário e restantes peças supramencionadas, as obras em marfim também terão suscitado particular interesse nos visitantes¹⁴. Entre estas, podemos destacar um jarro com a representação de uma batalha, com asa e tampa em prata com decoração *repoussé*, sendo este último elemento encimado por um cavaleiro, “uma obra notavel, pelas suas proporções e pelo trabalho artistico” (nº 1), constituindo, na opinião do cronista do *Jornal do Commercio* (22 abr. 1913: 6), uma “verdadeira peça de collecção ou museu”. Paralelamente, registre-se a presença de peças provenientes de edificios

religiosos da cidade de Alagoas, atual Marechal Deodoro, nomeadamente os itens 75 e 64. O primeiro corresponde a uma “custódia em vermeil, epocha D. João V, século XVIII” (Exposição de Arte Retrospectiva, 1913, 2ª edição: 10) com 58 cm de altura, tendo pertencido, segundo o catálogo, ao convento de São Francisco, enquanto no segundo caso estamos perante uma custódia de prata seiscentista proveniente da igreja matriz daquela cidade.



Figs. 8 e 9. Trabalho de Costa Motta (Sobrinho) em terracota; Lavadeiras de Caneças”, de Condeixa.

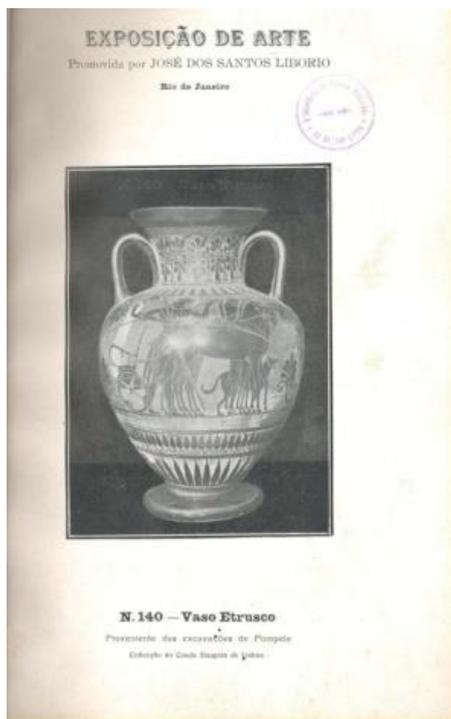
Não obstante o predomínio da arte antiga num certame ainda assim eclético, atente-se à presença de dezoito pinturas a pastel ou óleo de Mattoso da Fonseca (1871-1954), dito “discipulo de Malhoa e considerado o primeiro pintor portuguez em pintura a pastel” (Exposição de Arte Retrospectiva, 1913: 14). De Ernesto Ferreira Condeixa (1858-1933), aqui apresentado como “pintor portuguez representado em diferentes museus e premiado em varias exposições” (Exposição de Arte Retrospectiva 1913: 14), expunha-se um quadro a óleo intitulado *Lavadeiras de Caneças* (nº 183), podendo ainda mencionar a *Azinhaga da Fonte* (nº 184), de José Ribeiro Júnior. A produção artística portuguesa da época estava ainda dignamente representada por obras de Costa Motta (Sobrinho) (1877-1965). Além de um busto em terracota do ator Taborda (nº 52) e de uma *Fonte para jardim* (nº 182) patentes no catálogo ilustrado, foram exibidos oito modelos deste artista para a Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha (números 213 a 220), empreendimento no qual desempenhava a função de diretor artístico. Simultaneamente, o filho do célebre primeiro diretor artístico daquela fábrica, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (1867-1920), encontrava-se representado pela monumental *Jarra Brasil* (lote 212), obra levada para o Rio de Janeiro

pelo negociante Silva Macieira com o intuito de figurar como ponto alto da exposição de cerâmica bordaliana ali realizada no ano de 1912.

Obras das coleções Bermúdez, Daupias e Arroyo no Brasil

Um grande número de objetos comercializados por Libório no Rio de Janeiro nos anos de 1912 e 1913 proveio, como vimos, do mercado de arte português. Entre estes, encontravam-se obras provenientes de algumas das mais notáveis coleções existentes em Portugal na segunda metade do século XIX, cuja desconstrução por via de vendas em aparatosos leilões foi em certos casos, aliás, da responsabilidade da Empreza Liquidadora.

O número 140 da exposição realizada em 1913 no Hotel dos Estrangeiros, um “Vaso etrusco. Proveniente das excavações de Pompeia. Collecção do Conde Daupias de Lisboa” (Exposição de Arte Retrospectiva, 1913), bem como o número 144, um outro vaso grego dito “etrusco”, revestem-se de particular interesse, pois atestam perfeitamente o dinamismo dos mercados de arte português e brasileiro e as ligações estabelecidas por José dos Santos Libório entre ambos. Tratam-se, afinal, de duas peças provenientes da coleção de Pedro Eugénio Daupias (1818-1900) mas que originalmente pertenceram a Francisco Zea Bermúdez (1821-1883), situação de resto recordada pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro (6 mar. 1913: 6), periódico que alude aos “exemplares de ceramica etrusca [de Zea Bermudes] vendidos então ao conhecido colleccionador Conde de Daupias e muitos dos quaes se acham na actual exposição”.



Figs. 10 e 11. Conjunto de peças outrora pertencentes às coleções Bermúdez, Daupias e Arroyo. Atente-se particularmente ao pavão persa da coleção Arroyo e ao vaso grego das coleções Bermúdez e Daupias, peças adquiridas por um colecionador brasileiro em 1912; Ânfora ática das coleções Bermúdez e Daupias, posteriormente adquirida por João Prestes.

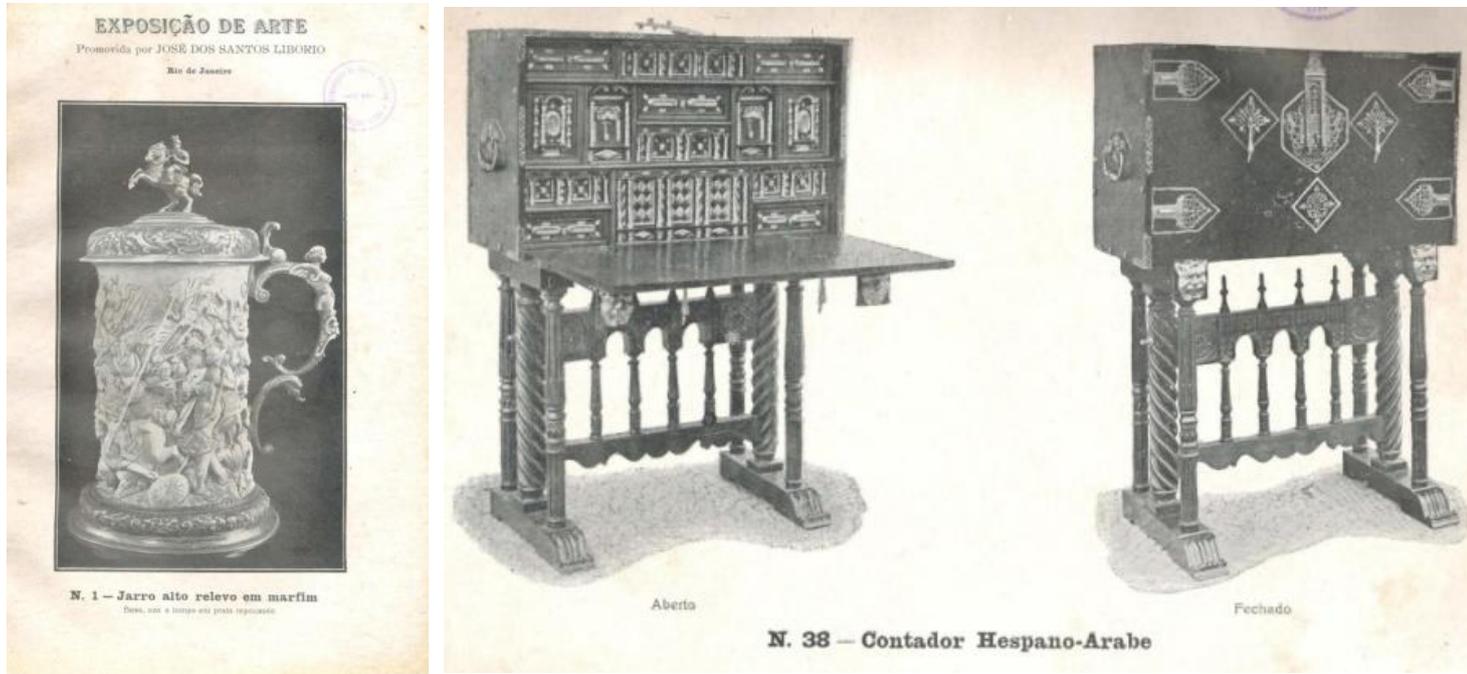
Na realidade, trinta itens deste certame (número 140 a 170) correspondiam a obras provenientes das coleções Bermúdez e Daupíás. Tratavam-se essencialmente de peças de cerâmica e escultura egípcia, grega e romana, inicialmente adquiridas por aquele diplomata espanhol, sobretudo em Itália, antes de terem sido arrematadas pelo segundo no respetivo leilão realizado em Lisboa. De facto, sabemos que no mês de abril de 1883, o visconde de Daupíás, através de um intermediário, adquiriu no leilão realizado por morte de Zéa Bermúdez “a rica e valiosa collecção etrusca” (Diario Illustrado, 19 abr. 1883: s/p) por 6:457\$500 réis. Considerando que estas obras reemergem no Rio de Janeiro na posse de Libório, deparamo-nos com duas possibilidades: uma aquisição por parte deste sagaz negociante no leilão Daupíás de 1910 com o intuito de serem posteriormente colocadas no mercado, ou a compra das mesmas nesta ocasião por um colecionador ou agente económico que entretanto as encaminharia para o fundador da desaparecida Empresa Liquidadora.



Fig. 12. Vista de uma das salas da residência de João Prestes, sendo possível identificar o contador e jarro adquiridos na exposição de 1912, bem como a ânfora das coleções Bermúdez/Daupíás.

Segundo cremos, um dos dois vasos gregos cujas fotografias figuram no catálogo da exposição, nomeadamente o número 140, ou outro semelhante igualmente colocado à venda por Libório nesta ocasião¹⁵, terá sido adquirido pelo Dr. José Prestes. Afinal, num artigo dedicado à residência deste colecionador sita na rua de Nossa Senhora de Copacabana, um local onde imperava o bom gosto e uma apurada sensibilidade artística, observamos uma interessante referência. Segundo o cronista (Revista da Semana, 21 mar. 1914: s/p), entre uma coleção de pintura digna de nota, mobiliário português e italiano antigo ou pratas igualmente antigas, encontrava-se no conjunto “dos objectos mais preciosos” um vaso dito etrusco “da famosa collecção do Conde de Daupias”. Ademais, conseguimos identificar esta ânfora de produção ática em duas fotografias de uma das salas de recepção da residência, observando, aliás, que a mesma se encontra sobre um contador e junto a um jarro relevado igualmente expostos no certame organizado por Libório¹⁶. Tendo em consideração a proximidade

temporal, parece-nos evidente que estas peças terão sido integralmente adquiridas no certame patente, um ano antes, no Hotel dos Estrangeiros.



Figs. 13 e 14. Jarro em marfim exibido na exposição de 1912 e identificável na fotografia anterior; Contador igualmente exibido por Libório e aparentemente adquirido por João Prestes.

Apurámos ainda que o mesmo colecionador possuía, também, “um pavão persa do século XIV, em ferro batido e cloisurve” (Revista da Semana, 21 mar. 1914: s/p) da coleção do comendador João Arroyo (1861-1930), peça que corresponderá ao número 24 da exposição organizada em 1913 no Rio de Janeiro. O dito pavão, um dos objetos representados no catálogo ilustrado, terá figurado, conforme se avançou na época de modo a atrair a atenção dos compradores, no leilão Arroyo de 1905, correspondendo especificamente ao lote 604¹⁷. Este leilão foi organizado, como é conhecido¹⁸, pela Empreza Liquidadora de José dos Santos Libório, ignorando-se, até ao momento, o destino imediato do pavão em ferro com 68 cm de altura e incrustações em prata¹⁹. Tendo em consideração o desconhecimento relativo à arrematação desta escultura no leilão de 1905 e a profunda ligação de Libório a este evento, poder-se-á equacionar a possibilidade do próprio gerente e administrador da Empreza Liquidadora ter ficado com o dito lote naquela ocasião, encaminhando-o, mais tarde, para esta venda realizada no Rio de Janeiro. Uma eventual aquisição desta peça no leilão de 1905 por outro agente, e uma posterior passagem para a posse de Libório, afigura-se igualmente como uma hipótese perfeitamente válida.

O pavão persa não foi, porém, a única obra proveniente da coleção Arroyo a figurar nesta exposição realizada no Rio de Janeiro. Efetivamente, entre os lotes expostos no Hotel dos Estrangeiros encontrava-se, também, um alto-relevo em marfim emoldurado em prata representando “A adoração do Menino Jesus”, uma peça dita da época de Luís XIV (nº 4), também esta outrora um dos lotes do leilão realizado em Lisboa no ano de 1905²⁰. Nesta ocasião, a obra que passados oito anos emerge no Rio de Janeiro por intervenção de Libório, teria sido adquirida pelos “Srs. Leal & Leal” por 90\$500 réis (Lemos, 2015: 107, 198). Neste contexto importa esclarecer que estes compradores, José Leal e Alfredo Leal, eram proprietários de uma casa liquidadora lisboeta conhecida como Liquidadora Universal ou Grandes Armazéns Leal, um proeminente estabelecimento localizado no palácio da Rua das Portas de Santo Antão, nº74. Por este motivo, é plausível que esta peça em marfim tenha sido recolocada no mercado por estes agentes e adquirida por novo colecionador, senão pelo próprio Libório, antes de reaparecer, em 1913, no Rio de Janeiro.



Figs. 15 e 16. Obra em marfim pertencente à coleção Arroyo, fotografada aquando da sua exposição em 1912 no Rio de Janeiro; Página do catálogo do leilão Arroyo (1905) com fotografia do alto-relevo em marfim colocado no mercado brasileiro por Libório em 1912.

O número 37 da exposição realizada no Hotel dos Estrangeiros, um “par de vasos com tampa em porcelana da China, casca de ovo, esmaltada a côres, flores em relevo e figuras” (Exposição de Arte

Retrospectiva 1913, 2ª edição: 8) com 28 cm de altura, fez igualmente parte da admirável coleção reunida por João Arroyo. Na realidade, esta parelha de vasos corresponde ao lote número 331 do leilão de 1905, ocasião em que terá sido arrematada por um “Sr. David” por 56\$000 réis (Lemos, 2015: 104). Embora não tenhamos logrado desvendar a identidade deste comprador e, tão pouco, confirmar se a dita peça foi novamente vendida no ano de 1913, é interessante constatar que estamos, novamente, perante uma obra proveniente de uma das mais importantes coleções portuguesas da época que, graças a José dos Santos Libório, entraria anos mais tarde no mercado de arte brasileiro.

Testemunhos da consagração de Libório como protagonista do mundo da arte brasileiro

A reconhecida experiência, qualidade e estatuto de José dos Santos Libório enquanto antiquário, aliado ao sucesso das exposições organizadas no Rio de Janeiro em 1912 e 1913, granjearam-lhe largo reconhecimento no Brasil como uma autoridade em obras de arte, situação que permitiu ao empresário português prolongar a sua atividade durante vários anos neste país. De facto, sabemos que no ano de 1916 Libório continuava a negociar objetos artísticos e de importância histórica, datando desse período o caso da “bandeira do 7º”. Nesse ano, por ocasião de um leilão de “maravilhas de arte portuguesa dos séculos XV a XVII, preciosidades da arte francesa, inglesa e italiana, telenas da Fragonard” (O Paiz, 10 out. 1916: 1) realizado no armazém do afamado leiloeiro Virgílio Lopes Rodrigues, Libório terá levado à praça, a pedido dos proprietários, uma bandeira brasileira com o emblema do 7º Batalhão de Infantaria, unidade célebre pela sua participação na guerra do Paraguai (1864-1870). O lote nº 299 do catálogo do “extraordinário leilão” (Jornal do Commercio, 5 out. 1916:17), tratava-se, na verdade, de um objeto histórico, aspeto que terá levado o presidente da Liga da Defesa Estética, José Mariano Filho, a solicitar a Libório que a peça não fosse leiloada, considerando que tal ato constituiria uma “blasphemia patriótica de se passar ao martelo um trophéo nacional.” (O Paiz, 10 out. 1916: 1).

O facto do negociante português ter acedido ao pedido de Mariano, disponibilizando-se, inclusivamente, para adquirir ele próprio a bandeira com o intuito de oferecê-la ao Museu Nacional, contribuiu para nova onda de elogios a Libório, tendo sido publicamente “muito bem commentado o acto daquelle cavalheiro, um dos mais pacientes e inteligentes pesquisadores de objectos de arte retrospectiva.” (O Paiz, 8 out. 1916: 1). Ainda assim, o caso não deixaria de ser polémico, tendo surgido oficiais do Exército contestando a autenticidade da peça e a honestidade do antiquário, um possível “intrujão” (O Paiz, 10 out. 1916: 1). Libório, como seria espectável, acabaria por repudiar publicamente todas as acusações, explicando que a peça em questão pertencera a Calixto Braga, “um notavel antiquario portuguez, profundo conhecedor de objectos de arte antiga, que aqui viveu durante annos e que pacientemente colleccionou lindas cousas” (O Paiz, 10 out. 1916: 1). A bandeira confiada por familiares daquelle antiquário a Libório para venda, teria sido adquirida por Braga no leilão do espólio do imperador D. Pedro II²¹, um convincente indício da sua aparente autenticidade.

Esta não seria, no entanto, a única controvérsia em que Libório se viu envolvido no Brasil. Na verdade, segundo um artigo publicado num periódico carioca, no ano de 1916, recuperando uma antiga polémica que envolveu dois colecionadores e clientes de Libório, Guerra Junqueiro e o rei D. Carlos, um jornal paulista terá protagonizado um “violento ataque ao probo e honesto negociante Sr. José dos Santos Liborio” (Correio da Noite: Jornal Independente, 29 maio 1915: 3). Alguns anos mais tarde, em 1920, o mesmo antiquário terá sido alvo de uma queixa do norte-americano I. F. Scheeler, um dito “fabricante

exportador” (Jornal do Brasil, 8 maio 1920: 9) que alegava ter sido burlado por Libório aquando da aquisição de uma terrina com as iniciais de Pedro II e as armas da Casa de Bragança. O queixoso terá inicialmente visto a peça no estabelecimento de Virgílio Lopes Rodrigues, tendo deixado 200\$000 para a sua compra esta fosse a leilão. Tendo o seu lance sido ultrapassado, Scheeler procurou o comprador com o intuito de negociar a ambicionada peça, tendo conseguido adquiri-la, por intermédio de Libório, por 500\$000. No entanto, segundo o queixoso, a dita terrina, adquirida para o seu amigo e colecionador John H. I. Wandes, não seria aquela que figurara no leilão do conselheiro Cândido de Oliveira como tendo pertencido ao imperador D. Pedro II, mas sim uma “identica ás que José dos Santos Liborio possuia e vendia como objectos antigos por preços elevados, collocando-os nos leilões.” (Correio da Manhã, 8 maio 1920: 3). O caso arrastou-se ao longo de vários meses, chegou inclusivamente ao juiz da 1ª vara criminal, mas acabou por ser arquivado devido à impossibilidade de confirmar a proveniência da peça.

No mesmo ano de 1920, Libório surge associado a uma iniciativa de inegável importância, a organização da *Exposição de História e Arte Retrospectiva da Época Monárquica no Brasil* por ocasião da transladação dos despojos mortais de D. Pedro II (1825-1891) e D. Teresa Cristina (1822-1889). O certame, a realizar no Rio de Janeiro nos salões do Clube dos Diários – antigo Casino Fluminense – e inaugurado a 4 de janeiro de 1921, terá resultado da vontade de um grupo de indivíduos da alta sociedade, tendo sido concretizado por uma comissão nomeada para o efeito. Libório, “o mais conhecedor que possuímos em objectos antigos”, proprietário de “verdadeiras preciosidades” (Gazeta de Notícias, 28 nov. 1920: 2) e “uma competencia *hors ligne* neste genero de empreendimentos” (Jornal do Commercio, 4 jan. 1921:5), seria membro desta comissão, estando perante uma colaboração apoiada por João do Rego Barros. Adivinha-se, assim, a existência de uma relação profissional ou de amizade entre o negociante português e Rego Barros, um apreciador e colecionador de arte portuguesa moderna²² que, segundo apurámos, frequentou as anteriormente analisadas exposições comerciais de arte retrospectiva.

A ideia de base passaria por reunir e expor um conjunto de “objectos que tenham pertencido ás casas imperiaes de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, ou que datem da época desses monarchas” (Gazeta de Notícias, 28 nov. 1920: 2), sendo importante salientar que alguns dos membros da comissão – Castro Maya, Bastos Dias e José C. Velloso – eram célebres colecionadores. Aliás, segundo a *Gazeta de Notícias*, era conhecido o facto de Bastos Dias, “um dos maiores, senão o maior coleccionador do Brasil” (A Noite, 3 jan. 1921:1), ter adquirido em leilão, após uma feroz troca de lances com um diplomata estrangeiro, “uma preciosa mobilia” (Gazeta de Notícias, 28 nov. 1920: 2) outrora pertencente ao imperador D. Pedro II. De resto, além da exposição de História e Arte, a mesma comissão ficou incumbida de organizar um ciclo de conferências protagonizadas, entre outros, pelo jornalista, romancista e historiador português Carlos Malheiro Dias que, recorde-se, era conhecido de José dos Santos Libório.

A exposição, cujo valor do bilhete de entrada revertia a favor do Recolhimento de Desvalidos de Petrópolis, seria constituída por obras cedidas por diversos colecionadores, casos de Bernardino Bastos Dias, Rodolpho Bernardelli, capitão José Leite da Costa Sobrinho, Leopoldo Smith de Vasconcellos, Aurélio de Figueiredo, Rego Barros, José Custódio Velloso, Soares Brandão, Leite da Costa Sobrinho,

Galeno Martins, Guerra Duval, José Mariano, Manoela Ozorio Mascarenhas, João de Souza Lage, Santos Lobo, a condessa Diniz Cordeiro, baronesa do Paraná, ou Rodolpho Fritz²³. Entre os cerca de cem expositores do certame, encontravam-se, também, entidades públicas, nomeadamente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou o Clube de Engenharia. Entre as obras expostas admiravam-se pinturas de Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830), Bernardelli (1858-1936), Ary Scheffer (1795-1858), Pedro Américo (1843-1905) ou Debret (1768-1848), dezenas de bustos e retratos de imperadores e estadistas, um punhal pertencente a D. Pedro I, fotografias da família imperial, relógios, um piano-armário da imperatriz Leopoldina (1797-1826), mobiliário vário, incluindo um sofá em teca da Índia de D. João VI ou uma cómoda de D. João V, jarrões Sèvres ou joias.

A “inesperada munificencia das collecções arranjadas com gosto sobrio e elegante” (O Paiz, 5 jan. 1921: 4) pela comissão da qual José dos Santos Libório fazia parte, merecendo, aliás, destaque enquanto “unico exemplar de homem profundamente entendedor” (O Paiz, 5 jan. 1921: 4), terá causado excelente impressão nos visitantes do grande salão e quatro salas do *Clube dos Diários*, incluindo o presidente da República, Epitácio Pessoa (1865-1942). Afinal, “Nenhum suppunha que anda existisse no Brasil tanta coisa interessante dos tres periodos monarchicos, o que, no entanto, se deve ao esforço intelligente dos nossos coleccionadores” (O Paiz, 7 jan. 1921: 6), servindo esta mostra como mais um poderoso argumento a favor da urgente necessidade de criar, no Brasil, um museu de arte retrospectiva²⁴.

Considerações finais

O esquecimento ao qual José dos Santos Libório foi votado pela historiografia não se coaduna de modo algum com o sucesso por si alcançado no mercado de arte português e, sobretudo, com a importância do seu contributo para a dinamização e modernização deste universo. A recente perscrutação do percurso profissional deste proeminente negociante português permitiu-nos, desta feita, explorar uma até hoje desconhecida ligação de Libório com o mercado de arte brasileiro, um aspeto que, segundo defendemos, testemunha de forma inequívoca a sua importância enquanto agente de mercado. O caso de Libório e das obras de arte por si comercializadas em Portugal e no Brasil, não sendo único é, no entanto, representativo da importância do desenvolvimento de estudos sobre a História dos mercados de arte dos dois países e, não menos importante, de promissores cruzamentos num contexto inevitavelmente caracterizado pela movimentação de agentes profissionais, colecionadores e objetos. Por concretizar fica, ainda, o rastreamento da atual localização destas obras de arte, sendo plausível que muitas ainda se encontrem em coleções brasileiras, públicas ou privadas.

Referências

A Epoca. Rio de Janeiro: 5 mar. 1913, p. 4.

A Folha de Lisboa. Lisboa: 17 out. 1 893, s/p.

A Noite. Rio de Janeiro: 3 jan. 1921, p. 1.

A Noite. Rio de Janeiro: 4 mar. 1913, p. 2.

A Vanguarda. Lisboa: 14 nov. 1895, p. 1.

A Vanguarda. Lisboa: 1 jan. 1895, p. 3.

- Almanak Laemmert: 69º. Ano, 1º Volume Districto Federal.* Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1913.
- Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF), DGCI/LIS/LIS3/IS/05440.
- BASTOS, A. S. *Diccionario do Theatro Portuguez.* Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1908.
- Correio da Manhã.* Rio de Janeiro: 8 maio 1920, p. 3.
- Correio da Manhã.* Rio de Janeiro: 19 jun. 1912, p. 4.
- Correio da Manhã.* Rio de Janeiro: 29 maio 1912, p. 4.
- Correio da Manhã.* Rio de Janeiro: 6 fev. 1912, p. 1.
- Correio da Manhã.* Rio de Janeiro: 4 jan. 1912, p. 4.
- Correio da Manhã.* Rio de Janeiro: 28 set. 1910, p. 4.
- Correio da Noite: Jornal Independente.* Rio de Janeiro: 1 jun. 1915, p. 3.
- Correio da Noite: Jornal Independente.* Rio de Janeiro: 29 maio 1915, p. 3.
- Diário de Notícias.* Lisboa: 20 dez. 1890, p. 2.
- Diário de Notícias.* Lisboa: 2 jan. 1887, p. 2.
- Diario de Pernambuco.* Recife: 9 nov. 1923, p. 2.
- Diario de Pernambuco.* Recife: 9 ago. 1922, p. 4.
- Diario Illustrado.* Lisboa: 20 abr. 1894, s/p.
- Diario Illustrado.* Lisboa: 19 abr. 1883, s/p.
- DIAS, C. M. *Cartas de Lisboa, Terceira Série (1905-1906).* Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1907.
- Exposição de Arte Retrospectiva promovida por José dos Santos Liborio realizada no Salão Nobre do Hotel dos Estrangeiros.* Rio de Janeiro: s/n, 1913, 2ª edição.
- Exposição de Arte Retrospectiva promovida por José dos Santos Liborio realizada no Salão Nobre do Hotel dos Estrangeiros.* Rio de Janeiro: s/n, 1913.
- Gazeta de Notícias.* Rio de Janeiro: 28 nov. 1920, p. 2.
- Gazeta de Notícias.* Rio de Janeiro: 24 fev. 1912, p. 4.
- Gazeta de Notícias:* Rio de Janeiro: 9 fev. 1912, p. 3.
- Gazeta de Notícias.* Rio de Janeiro: 8 fev. 1912, p. 2.
- Gazeta de Notícias.* Rio de Janeiro: 7 fev. 1912, p. 2.
- Gazeta de Notícias.* Rio de Janeiro: 24 nov. 1905, p. 3.
- Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro: 8 maio 1920, p. 9.
- Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro: 9 mar. 1913, p. 6.
- Jornal do Commercio.* Rio de Janeiro: 4 jan. 1921, p. 5.
- Jornal do Commercio.* Rio de Janeiro: 5 out. 1916, p. 17.
- Jornal do Comércio.* Rio de Janeiro: 22 abr. 1913, p. 6.
- Jornal do Commercio.* Rio de Janeiro: 6 mar. 1913, p. 6.
- Jornal do Commercio.* Rio de Janeiro: 4 fev. 1912, p. 8.
- Jornal do Recife.* Recife: 8 nov. 1923, p. 4.
- JUNQUEIRO, Abílio Guerra, *A execução d'uma quadrilha. Aos homens de bem de todos os partidos.* Porto: Imprensa Moderna de Manoel Lello, s/d [1910].
- LEMOS, T. S. *O Leilão da coleção Arroyo e o Mercado de Arte em Portugal no final da Monarquia.* Tese (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2015.
- MARIZ, V., *A Empreza Liquidadora. Espaço de construção e desconstrução de coleções de arte em Portugal (1886-1906).* In: CAVALCANTI, A. et al., (Coord.). *Arte e seus lugares: coleções em espaços reais. Anais do VIII Seminário do Museu D. João VI / IV Colóquio Internacional Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX.* Rio de Janeiro: EBA/PPGAV e Museu D. João VI – Rio de Janeiro, 2017, p. 480-492.

- O António Maria*. Lisboa: 23 nov. 1895, p. 123.
- O Campeão das Províncias*. Aveiro: 6 abr. 1895, s/p [p. 4]
- O Jornal*. Rio de Janeiro: 13 jan. 1921, p. 3.
- O Jornal*. Rio de Janeiro: 21 dez. 1920, p. 3.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 7 jan. 1921, p. 6.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 5 jan. 1921, p.4.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 15 dez. 1920, p. 5.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 6 dez. 1920, p. 4.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 10 out. 1916, p. 1.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 8 out. 1916, p. 1.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 7 mar. 1913, p. 5.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 6 mar. 1913, p. 4.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 4 mar. 1913, p. 4.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 16 fev. 1912, p. 3.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 5 fev. 1912, p. 3.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 4 fev. 1912, p. 1.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 10 dez. 1911, p. 6.
- Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 21 mar. 1914, s/p.
- Salão de Vendas. Boletim da «Empreza Liquidadora»*. Lisboa: nº1, 10 de fev. 1895.
- Salão de Vendas. Boletim da «Empreza Liquidadora»*. Lisboa: nº11, 7 nov. 1895.
- Tiro e Sport*. Lisboa: 31 out. 1906.
- Vente d'objets d'art et de Mobilier ancien. Catalogue Collection J. Arroyo*. Lisboa: D'«A Editora», 1905.

Notas

* Investigadora Integrada do ARTIS – Instituto de História da Arte/FLUL. Estudo integrado na investigação de pós-doutoramento em curso com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia através da bolsa SFRH/BPD/116050/2016 financiada por verbas do Orçamento de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Fundo Social Europeu. Email: vera.mariz@letras.ulisboa.pt. **Agradecimentos:** A autora agradece à Professora Clara Moura Soares, Professor Nuno Simões Rodrigues e a Miguel Cabral Moncada.

¹ ACMF, DGCI/LIS/LIS3/IS/05440: fls. 2 e 3; *Diário de Pernambuco*. Recife: 9 ago. 1922: 4; *Jornal do Recife*. Recife: 8 nov. 1923: 4

² ACMF, DGCI/LIS/LIS3/IS/05440: fl. 3.

³ Cf. *Salão de Vendas. Boletim da «Empreza Liquidadora»*. Lisboa: nº1, 10 de fev. 1895, p. 3; *Diário de Notícias*. Lisboa: 2 jan. 1887: 2.

⁴ Acerca da evolução das instalações da *Empreza Liquidadora* vide MARIZ, V., *A Empreza Liquidadora. Espaço de construção e desconstrução de coleções de arte em Portugal (1886-1906)*. In: CAVALCANTI, A. et al., (Coord.). *Arte e seus lugares: coleções em espaços reais. Anais do VIII Seminário do Museu D. João VI / IV Colóquio Internacional Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: EBA/PPGAV e Museu D. João VI – Rio de Janeiro, 2017, p. 480-492.

⁵ *Salão de Vendas. Boletim da «Empreza Liquidadora»*. Lisboa: nº11, 7 nov. 1895, p. 95

⁶ Na Biblioteca Nacional do Brasil existe um raro exemplar do catálogo desta exposição. No entanto, devido às obras em curso no edifício, não obstante sucessivas tentativas da nossa parte entre 2017 e o presente, não logramos autorização para consultá-lo.

⁷ Veja-se o seguinte caso: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: 4 fev. 1912: 8.

⁸ Cf. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 fev. 1912, p. 2; *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 fev. 1912, p. 3; *O Paiz*, Rio de Janeiro: 16 fev. 1912, p. 3.

⁹ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 8 fev. 1912, p. 2; *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 9 fev. 1912, p. 3.

¹⁰ Cf. *Correio da Manhã*, 29 maio 1912: 4

¹¹ Cf. *Gazeta de Notícias*, 24 fev. 1912: 4; *Almanak Laemmert: 69º. Ano, 1º Volume Districto Federal*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1913, p. 1183, p. 1496.

¹² Cf. *Exposição de Arte Retrospectiva promovida por José dos Santos Liborio realizada no Salão Nobre do Hotel dos Estrangeiros*. Rio de Janeiro: s/n, 1913; *Exposição de Arte Retrospectiva promovida por José dos Santos Liborio realizada no Salão Nobre do Hotel dos Estrangeiros*. Rio de Janeiro: s/n, 1913, 2ª edição.

¹³ Estes são os objetos cuja venda foi referida na imprensa. Cf. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 6 mar. 1913, p. 4; *O Paiz*. Rio de Janeiro: 7 mar. 1913, p. 5; *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 9 mar. 1913, p. 6.

¹⁴ Veja-se o interessante conjunto de considerações tecidas pelo autor da crónica do *Jornal do Commercio* acerca da arte do marfim. Cf. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: 22 abr. 1913, p. 6.

¹⁵ No catálogo ilustrado surgem apenas fotografias de dois vasos, sabendo, no entanto, pelo catálogo descritivo que os lotes 140 a 170 correspondiam a “Diversos exemplares de cerâmica etrusca, egípcia, grega e romana”. É, portanto, plausível que os vasos gregos expostos nesta ocasião tenham sido mais que dois.

¹⁶ Referimo-nos aos lotes 1 e 38 do catálogo ilustrado. Cf. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro: 21 mar. 1914, s/p; *Exposição de Arte Retrospectiva promovida por José dos Santos Liborio realizada no Salão Nobre do Hotel dos Estrangeiros*. Rio de Janeiro: s/n, 1913.

¹⁷ Confrontem-se os dois catálogos: *Exposição de Arte Retrospectiva promovida por José dos Santos Liborio realizada no Salão Nobre do Hotel dos Estrangeiros*, Rio de Janeiro, s/n, 1913, 2ª edição, p. 7;

Vente d'objets d'art et de Mobilier ancien. Catalogue Collection J. Arroyo. Lisboa: D'«A Editora», 1905, p. 113 e p. 115.

¹⁸ Acerca do leilão Arroyo vide LEMOS, T. S. *O Leilão da coleção Arroyo e o Mercado de Arte em Portugal no final da Monarquia*. Tese (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2015.

¹⁹ Cf. Lemos, 2015: 224. Segundo esta autora, no ano de 2015 esta peça integrava uma coleção particular.

²⁰ Confrontem-se os dois catálogos: *Exposição de Arte Retrospectiva promovida por José dos Santos Liborio realizada no Salão Nobre do Hotel dos Estrangeiros*, Rio de Janeiro, s/n, 1913, 2ª edição, p. 5; *Vente d'objets d'art et de Mobilier ancien. Catalogue Collection J. Arroyo*. Lisboa: D'«A Editora», 1905, p. 68 e p. 69.

²¹ Além da bandeira, Braga terá adquirido alguns quadros e um reposteiro que mais tarde seria comprado por um colecionador “num importante leilão” da Associação dos Empregados do Comércio. Note-se ainda que Braga era, em 1905, Presidente da Associação Protetora dos Empregados do Comércio. Cf. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 10 out. 1916, p. 1; *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 24 nov. 1905, p. 3.

²² Recordem-se os casos da *Jarra Beethoven* e das aquisições de obras de José Malhoa. Cf. MALTA, M., *Jarra Beethoven e a incrível história de uma imagem-problema*. *ArtCultura*, vol.12, nº20, 2010, p. 138; VALLE, A. Arthur, (org.), CARVALHO, C. J., ALVES, D., (transcr.), *Documentos relativos à exposição de José Malhã no Rio de Janeiro, em 1906*. 19&20, v. IX, n. 1, jan/jun. 2014, disponível em: http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/JM_1906.htm. Acesso em 12 de jan. 2018.

²³ Cf. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 6 dez. 1920, p. 4; *O Paiz*. Rio de Janeiro: 15 dez. 1920, p. 5; *O Paiz*. Rio de Janeiro: 5 jan. 1921, p.4; *O Jornal*. Rio de Janeiro: 21 dez. 1920, p. 3; *O Jornal*. Rio de Janeiro: 13 jan. 1921, p. 3.

²⁴ A este propósito veja-se *O Jornal*. Rio de Janeiro: 13 jan. 1921, p. 3.

Artigo recebido em janeiro de 2018. Aprovado em abril de 2018.